Banco BS2 S.A. -Conglomerado Prudencial

Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas Banco BS2 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco BS2 S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução $n^{\rm o}$ 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na Nota 3 - "Resumo das principais políticas contábeis".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco BS2 S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 3 - "Resumo das principais políticas contábeis" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 3 - "Resumo das principais políticas contábeis", que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280



Banco BS2 S.A.

do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 6 de agosto de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota 3 - "Resumo das principais políticas contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Banco BS2 S.A.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos
 procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos
 opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Banco BS2 S.A.

 Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos Contador CRC 1SP171564/O-1

ÍNDICE

	TORIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇOES FINANCE.	
	SOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL	
	IÃO	
BASE	PARA OPINIÃO	2
ÊNFA	SE	2
	ROS ASSUNTOS	
	RAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
	SOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL E O RELATÓRIO DO AUDITOR	
		•
	ONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONST	-
	NCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL	
RESP	ONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONST	RAÇÕES
FINA	NCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL	3
RESP	ONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES	•
	NCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL	4
	TÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	
	NÇO PATRIMONIAL	-
	ONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
	ONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
	ONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	ONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
NOTA	AS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
1	CONTEXTO OPERACIONAL	
2	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
3	RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	15
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
5	APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS	
6	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	
7	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.	
8	CARTEIRA DE CRÉDITO	
9	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	
10	OUTROS ATIVOS	
11	ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS.	
12	INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS	
13	DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E A PRAZO	
14	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	
15	DÍVIDAS E LETRAS FINANCEIRAS SUBORDINADAS	
16	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	34
17	PROVISÕES	
18	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
19	RESULTADO DA CARTEIRA DE CRÉDITO	
20	RESULTADO COM APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS	
21	RESULTADO COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	
22	RESULTADO COM OPERAÇÕES DE VENDA OU DE TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS	
23	DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO	
24	RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	_
25 26	DESPESA DE PESSOAL	
26 27	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
27 28	OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	
	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
29	PARTES RELACIONADAS	
30	ADEQUAÇÃO AO ACORDO DE CAPITAIS (BASILEIA III) - RESOLUÇÃO CMN Nº 4.193/13	
31 32	GERENCIAMENTO DE RISCO	•
33	OUTRAS INFORMAÇÕES	
აა		····· 40

Relatório da Administração

Prezados (as) Acionistas e Clientes,

Apresentamos as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco BS2 S.A. (Conglomerado Prudencial BS2), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

Mesmo frente a um cenário desafiador, com muitas incertezas causadas pela pandemia ao longo do ano, o Banco BS2 e suas controladas mantiveram seus investimentos na sua estratégia digital.

Reforçamos nossa atuação nos segmentos de crédito, serviços de câmbio, investimentos e meios de pagamento, nos quais consolidamos receitas recorrentes fundamentais para sustentação e aprimoramento de nossa plataforma, principalmente no que tange o público PJ, para o qual ofertamos soluções financeiras acessíveis e integradas.

Nossa carteira de crédito total - concentrada na antecipação de recebíveis de cartões, crédito a pequenas e médias empresas e direitos creditórios - atingiu R\$ 4,2 bilhões, ante R\$ 4,1 bilhões em 31 de dezembro de 2020. A captação total acompanhou tal crescimento, alcançando R\$ 5,1 bilhões, ante R\$ 4,5 bilhões de 31 de dezembro de 2020.

Nas operações de câmbio, notadamente nas remessas internacionais, atingimos um montante de R\$ 3,9 bilhões, crescimento de 56% em relação ao mesmo período do ano passado, o que neutralizou a queda das receitas com o câmbio turismo, que teve sua dinâmica fortemente impactada. Encerramos o semestre com resultado 12% superior ao primeiro semestre de 2020.

No segmento de meios de pagamento, através da nossa subsidiária Adiq, processamos mais de R\$ 39,4 bilhões em operações de cartões de crédito e de débito no primeiro semestre de 2021, contra R\$ 23,8 bilhões no mesmo período de 2020.

O resultado consolidado do período foi de um lucro líquido de R\$ 30,9 milhões contra um prejuízo de R\$ 46 milhões no primeiro semestre de 2020. O Patrimônio Líquido totalizou R\$ 588,1 milhões contra R\$ 519,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, composto pelo resultado do período e pelo aporte de capital realizado em abril de 2021, de R\$ 52,1 milhões, pelos acionistas controladores, que demonstraram novamente seu compromisso com a execução da estratégia de crescimento do BS2.

Destacamos também um importante movimento iniciado em 2020, de integração da sustentabilidade como elemento direcionador dos negócios nas empresas BS2, seguindo as melhores práticas de ESG – governança social e ambiental. A partir da adesão ao Pacto Global da ONU, em julho de 2020, o Banco iniciou uma agenda institucional de sustentabilidade com ações que o colocam de forma estruturada como promotor do crescimento sustentável. Desdobramentos desta iniciativa poderão ser acompanhados integralmente no Relatório Anual ESG que será publicado pelo Banco BS2.

Agradecemos aos nossos clientes, parceiros e colaboradores pela confiança e parceria.

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2021.

A Administração.



Conglomerado Prudencial BS2 Balanço patrimonial Em 30 de junho de 2021 Valores expressos em milhares de reais

Ativo	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.322.713	822.166
Disponibilidades		225.312	107.173
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.097.401	714.993
Instrumentos financeiros		11.683.403	10.542.966
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	57.605	55.610
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	6	1.458.579	1.270.942
Relações interfinanceiras	7	9.258.016	8.339.845
Carteira de crédito	8	692.451	636.184
Operações de crédito		412.195	404.066
Outros créditos com características de concessão de crédito		292.236	246.001
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(11.980)	(13.883)
Outros ativos financeiros	9	216.752	240.385
Outros ativos	10	36.504	37.260
Ativos fiscais correntes e diferidos	11	198.879	183.942
Ativos fiscais correntes		59.590	49.601
Ativos fiscais diferidos		139.289	134.341
Investimentos		45.742	32.218
Investimentos em participações em coligadas e controladas	12	43.319	30.023
Outros investimentos		2.423	2.195
lmobilizado		63.267	61.068
Imobilizado de uso		79.604	78.069
(Depreciação acumulada)		(16.337)	(17.001)
Intangível		36.851	43.286
Ativos intangíveis		70.420	70.106
(Amortização acumulada)		(33.569)	(26.820)
Total do ativo		13.387.359	11.722.906



Conglomerado Prudencial BS2 Balanço patrimonial Em 30 de junho de 2021 Valores expressos em milhares de reais

Passivo	<u>Nota</u>	30/06/2021	31/12/2020
Passivos financeiros		12.733.004	11.155.669
Depósitos	13	4.913.460	4.213.269
Depósitos à vista		563.983	330.391
Depósitos interfinanceiros		196.442	174.208
Depósitos a prazo		4.131.840	3.640.195
Outros depósitos		21.195	68.475
Recursos de aceites e emissão de títulos	14	60.810	137.591
Relações interfinanceiras	7	14.147	9.185
Relações interdependências		167.983	106.785
Instrumentos financeiros derivativos	6(b)		43
Dívidas e letras financeiras subordinadas	15	165.763	156.755
Outros passivos financeiros	16	7.410.841	6.532.041
Provisões	17	21.030	20.055
Obrigações fiscais diferidas		22.723	11.692
Obrigações fiscais correntes		21.442	10.526
Obrigações fiscais diferidas		1.281	1.166
Total do passivo		12.776.757	11.187.416
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		588.095	519.701
Capital social	18(a)	560.705	508.621
Reserva de capital		2.222	1.972
Reservas de lucros	18(b)	9.033	9.033
Outros resultado abrangentes		(7.918)	75
Lucros ou prejuízos acumulados		24.053	
Participações de acionistas não controladores		22.507	15.789
Total do patrimônio líquido		610.602	535.490
Total do passivo e patrimônio líquido		13.387.359	11.722.906



Conglomerado Prudencial BS2 Demonstração do resultado Em 30 de junho de 2021 Valores expressos em milhares de reais

	Nota	30/06/2021	30/06/2020
Receitas da intermediação financeira		146.233	217.526
Resultado da carteira de crédito	19	55.927	52.671
Resultado com aplicações interfinanceiras	20	8.136	13.470
Resultado com títulos e valores mobiliários	21	25.032	10.210
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		3.640	72.552
Resultado com operações de câmbio		76.687	68.623
Resultado com operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	22	(23.189)	0
Despesas da intermediação financeira		(116.902)	(183.502)
Operações de captação no mercado	23	(111.863)	(178.917)
Operações empréstimos e repasses		(5.039)	(4.585)
Resultado da Intermediação Financeira		29.331	34.024
Resultado de créditos de liquidação duvidosa		173	(5.823)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(2.574)	(6.673)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo		2.747	850
Resultado bruto da intermediação financeira		29.504	28.201
Outras receitas (despesas) operacionais		(9.097)	(121.240)
Receitas de prestação de serviços	24	223.052	100.106
Rendas de tarifas bancárias		11.651	2.823
Despesas de pessoal	25	(54.820)	(45.934)
Outras despesas administrativas	26	(182.440)	(168.177)
Despesas tributárias	27	(29.842)	(15.439)
Resultado de participações em coligadas e controladas	12	(1.365)	421
Outras receitas operacionais	28	37.972	18.292
Outras despesas operacionais	28	(13.305)	(13.332)
Resultado operacional		20.407	(93.039)
Outras receitas e despesas	33(e)	33.452	11.432
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		53.859	(81.607)
Imposto de renda e contribuição social	29	(18.308)	37.416
Imposto de renda		(12.253)	(4.031)
Contribuição social		(4.431)	(2.594)
Ativo fiscal diferido		(1.624)	44.041
Participações no resultado		(4.683)	(1.789)
Resultado líquido do semestre		30.868	(45.981)
Resultado líquido atribuível aos acionistas:			
Controladores		24.053	(45.486)
Não controladores		6.815	(494)



Conglomerado Prudencial BS2 Demonstração do resultado abrangente Em 30 de junho de 2021 Valores expressos em milhares de reais

	30/06/2021	30/06/2020
Resultado líquido do semestre	30.868	(45.981)
Outros ajustes abrangentes	(7.993)	(16)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(14.282)	(160)
Variação cambial de dependência no exterior	(250)	152
Imposto de renda e contribuição social	6.539	(8)
Total do resultado abrangente	22.875	(45.996)
Resultado abrangente atribuível aos acionistas:		
Controladores	16.060	(45.502)
Não controladores	6.815	(494)



Conglomerado Prudencial BS2 Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em 30 de junho de 2021 Valores expressos em milhares de reais

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultado abrangentes	Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	Participações de não controladores	Total_
Saldo em 31 de dezembro de 2019	458.621	1.939	43.422	136		504.118	5.703	509.821
Ajustes de avaliação patrimonial Aumento de capital				(16)		(16)	14	(16) 14
Remuneração baseada em ações Prejuízo do semestre		83	(0.075)		(45.487)	83 (45.487)	(494)	83 (45.981)
Dividendos Variação nas cotas de fundo de investimentos de não controladores Outros			(2.875)			(2.875)	15.829 92	(2.875) 15.829 92
Saldo em 30 de junho de 2020	458.621	2.022	40.547	120	(45.487)	455.823	21.144	476.967
Saldo em 31 de dezembro de 2020	508.621	1.972	9.033	75		519.701	15.789	535.490
Ajustes de avaliação patrimonial Aumento de capital Remuneração baseada em ações	52.084	250		(7.993)		(7.993) 52.084 250	16	(7.993) 52.100 250
Aquisição de participações societárias de não controladores Lucro líquido do semestre Variação nas cotas de fundo de investimentos de não controladores Outros					24.053	24.053	(539) 6.815 528 (102)	(539) 30.868 528 (102)
Saldo em 30 de junho de 2021	560.705	2.222	9.033	(7.918)	24.053	588.095	22.507	610.602



Conglomerado Prudencial BS2 Demonstração dos fluxos de caixa Em 30 de junho de 2021 Valores expressos em milhares de reais

Atividades operacionais	30/06/2021	30/06/2020
Resultado líquido dos semestres	30.868	(45.980)
Ajustes ao lucro líquido	143.892	91.373
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.574	6.673
Depreciação e amortização	10.767	9.754
Resultado de participação em controlada	1.365	(421)
Ganhos / perdas de capital liquidas	470	65
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.624	(44.041)
Variação cambial dívida subordinada		85.662
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(30.128)	(73.974)
Variação cambial de outros ativos e passivos	155.973	123.890
Ajuste a mercado de instrumentos financeiros derivativos e objeto de hedge	405	(9.188)
Pagamentos baseados em ações Reversão de provisão para contingências	165 1.082	83 (7.130)
Resultado líquido ajustado	174.760	45.393
Nesultado liquido ajustado	174.700	40.000
Variações de ativos e passivos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.995)	
Títulos e valores mobiliários	(195.468)	(482.161)
Operações de crédito	(12.648)	55.327
Outros créditos	(92.819)	(84.805)
Outros valores e bens	756	7.596
Depósitos	700.095	921.206
Captações no mercado aberto	(70.704)	(8.191)
Recursos de aceites e emissões de títulos	(76.781)	62.209
Redução de obrigações por empréstimos e repasses Relações interfinanceiras e interdependências	(021 702)	44 (417.706)
Instrumentos financeiros derivativos	(931.792)	,
Outras obrigações	(57) 881.102	(76.684) (472.385)
Resultado de exercícios futuros	(1.894)	9.371
	,	
Caixa (aplicado) gerado nas operações	443.259	(440.786)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.411)	(912)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	438.848	(441.698)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Alienação de imobilizado de uso	4.284	13.509
Aquisição de imobilizado de uso	(10.500)	(39.688)
Aquisição de investimentos	(228)	(189)
Aquisição de intangível	(3.819)	(6.995)
Alienação de intangível Dividendos recebidos	3.505	14.251
	216	134
Alienação de participações societárias Aquisição de participações societárias	55 (539)	(10)
Aumento de capital em controladas e coligada	(14.985)	(225)
Participação de não controladores em fundos de investimentos	94	15.829
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(21.917)	(3.384)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(753)	(2.875)
Aumento de capital	52.10Ó	` 18Ó
Emissão de instrumento de dívida elegíveis à capital	2.141	102.300
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	53.488	99.605
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	470.419	(345.477)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	822.166	801.798
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	30.128	73.974
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	1.322.713	530.295
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	470.419	(345.477)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

O Banco BS2 S.A. ("Banco"), líder do Conglomerado Prudencial BS2, é uma companhia de capital fechado e vem operando como banco múltiplo nas carteiras comercial, de câmbio e de crédito, financiamento e investimento, com operações nos segmentos de serviços bancários digitais, créditos para empresas, direitos creditórios, mercado de câmbio e de adquirência, atuando como credenciador na liquidação financeira de operações com cartões de débito e de crédito. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O Banco tem como principal fonte de recursos o lançamento de certificados de depósitos bancários no mercado, o lançamento de letras financeiras subordinadas e da dívida subordinada oriunda de emissões de títulos no exterior.

O Banco, controlado diretamente pela Bonsucesso Holding Financeira S.A., é a instituição líder das instituições financeiras do Grupo Bonsucesso, constituída e domiciliada no Brasil, sediada na Avenida Raja Gabaglia, 1.143 -15º andar, Luxemburgo, Belo Horizonte - MG.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial BS2, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as demonstrações financeiras a partir de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes, a apresentação da demonstração do resultado abrangente e a apresentação do balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial BS2 incluem o Banco e suas empresas controladas indicadas na nota 3(p).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a Instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN, até o presente momento:

Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos

Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa

Resolução CMN nº 3.750/09 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas

Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 24 - Evento subsequente

Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações

Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico (R1)

Resolução CMN nº 4.424/15 - CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados

Resolução CMN nº 4.748/19 - CPC 46 - Mensuração do valor justo



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer a adoção de estimativas por parte da Administração. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras, na reunião realizada em 13 de agosto de 2021.

3 Resumo das principais políticas contábeis

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A Resolução CMN nº 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detenham investimentos no exterior:

- Dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais;
- Dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e
- Das operações com finalidade de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.

Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera. A moeda funcional do Conglomerado Prudencial BS2 é o Real e as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais e estão sujeitas a arredondamentos para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Os saldos das demonstrações financeiras da dependência no exterior do Banco, moeda funcional, são convertidos para o Real utilizando a taxa de câmbio de venda informada pelo Banco Central do Brasil, como seque:

- Ativos e passivos s\u00e3o convertidos pela taxa de c\u00e1mbio da data do balan\u00f3o; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pelo Conglomerado Prudencial BS2 para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos em base *pro rata*, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado. Os títulos para negociação são mantidos no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento.
- (ii) Títulos disponíveis para venda Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste a valor de mercado TVM", líquidos dos correspondentes efeitos tributários.
 - Os ganhos e as perdas, quando realizados são reconhecidos no resultado mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na circular BACEN nº 3.082/02. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria hedge de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e
- Para aqueles classificados na categoria de hedge de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

bs2

Conglomerado Prudencial BS2 Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Operações de crédito, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, cessão de crédito e precatórios

- (i) Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata*, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Conforme definido no COSIF as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são apropriadas de forma *pro rata* ao resultado.
- (ii) A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedida pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

O Conglomerado Prudencial BS2 também levou em consideração na mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.803/20, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855, que dispõe sobre a reclassificação das operações renegociadas entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020 em função da pandemia da Covid19, para o nível que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020 nas condições especificadas.

- (iii) A partir de janeiro de 2012, com a entrada em vigor da Resolução nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008, o Conglomerado Prudencial BS2 passou a classificar as operações de venda de ativos financeiros considerando a transferência ou retenção de riscos e benefícios, adotando os seguintes procedimentos:
 - Nas operações classificadas como "transferência substancial dos riscos e benefícios" o ativo financeiro é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.
 - Nas operações classificadas na categoria "com retenção de riscos e benefícios" o ativo financeiro deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo e os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida. As receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.
- (iv) Precatórios são requisições de pagamentos expedidos pelo Poder Judiciário para cobrar de municípios, estados ou União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. Os precatórios são adquiridos pelo Banco após detido estudo a despeito das regulamentações vigentes, estoque de dívida e performance de pagamento de cada ente devedor. Em paralelo, o ativo é alvo de análise que contempla sobretudo questões processuais e avaliação de risco do cedente.

A precificação dos precatórios contempla a previsibilidade de recebimento atrelada ao deságio relativo para a renda pretendida durante o fluxo previsto para liquidação. Eventualmente, o fluxo poderá ser distinto da previsão, em decorrência da consolidação das metas orçamentárias dos entes devedores.

O valor presente contábil é calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa ao prazo e deságio, bem como dos índices de atualização monetária e demais encargos legais, de acordo com a legislação vigente aplicável ao caso.

(h) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Permanente

Investimentos – Os investimentos em sociedades controladas e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme detalhado na nota 12.

Imobilizado de uso – Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535, de 24/11/2016, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e são reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil do ativo. O valor depreciável corresponde a diferença entre o valor de custo de um ativo e o valor residual estimado que a instituição obteria com sua venda, após deduzir as despesas estimadas de venda.

Intangível – Conforme Resolução CMN nº 4.534, de 24/11/2016, correspondem aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Na Instituição, o Intangível é composto por *softwares* adquiridos registrados ao custo e sua amortização é reconhecida mensalmente considerada a alocação sistemática do valor amortizável ao longo de sua vida útil estimada.

(j) Valor de recuperação dos ativos não financeiros

Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por *impairment* no resultado. Anualmente é feita uma avaliação para verificar a existência de *impairment*. Nos semestres não foram identificados indícios de *impairment*.

(k) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base *pro rata*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(I) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1° de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos na deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- Obrigações legais fiscais: são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(n) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

(o) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente o resultado que:

- Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Observando o exposto acima, o resultado líquido no primeiro semestre de 2021, do Conglomerado Prudencial BS2 no montante de R\$ 30.868 positivo (R\$ 45.980 negativo em 30/06/2020), foram obtidos com base em resultados recorrentes e não recorrentes conforme evidenciados na nota 33(e).

(p) Princípios de consolidação - Conglomerado prudencial

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial BS2 foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280 de 31/10/2013 e Circular nº 3.701 de 13/03/2014, do BACEN e atendem os propósitos específicos da referida Resolução. Foram aplicados as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no COSIF. Assim, foram eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas e as receitas e despesas entre elas,



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores.

As informações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial BS2, contemplam o Banco BS2 S.A., sua dependência no exterior e empresas conforme artigo 1º e 4º da Resolução 4.280, apresentada a seguir:

				30/06/2021
Empresa	Atividade	Participação direta	Participação indireta	Participação consolidado
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	83,18%	16,70%	99,88%
Adiq Instituição de Pagamento S.A.	Instituição de pagamento	77,40%	2,70%	80,10%
DT Participações S.A.	Participação societária em Instituições Financeiras	92,24%		92,24%
AD Participações S.A.	Participação societária em Instituições de pagamento	99,52%		99,52%
BLU Pagamentos e Tecnologia Digital Ltda.	Serviços de tecnologia	14,75%	84,00%	98,75%
BLU Participações Ltda.	Participação societária não- financeiras	84,75%		84,75%
Adiqplus Facilitadora de Pagamentos Ltda.	Serviços de tecnologia		99,99%	99,99%
BS2 Butiá Top Credito Privado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	Fundo de investimento	96,07%		96,07%
BS2 Butiá Fundamental Long Biased FI em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado BS2 Butiá Fundamental Fundo de	Fundo de investimento	99,69%		99,69%
Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Ações	Fundo de investimento	77,80%		77,80%
		Participação	Participação	31/12/2020 Participação
Empresa	Atividade	direta	indireta	consolidado
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	83,18%	16,70%	99,88%
Adiq Instituição de Pagamento S.A.	Instituição de pagamento	77,40%	2,70%	80,10%
DT Participações S.A.	Participação societária em Instituições Financeiras	87,80%		87,80%
AD Participações S.A.	Participação societária em Instituições de pagamento	99,52%		99,52%



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidade em moeda nacional	170.385	34.923
Disponibilidade em moeda estrangeira Total de disponibilidades	54.927 225.312	72.250 107.173
•		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	1.097.401	714.993
Total	1.322.713	822.166

^(*) Aplicações interfinanceiras de liquidez inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentam insignificante risco de valor e limites, conforme descrito na nota 3(c).

5 Aplicações em depósitos interfinanceiros

	30/06/2021	31/12/2020
CDI Bancoob	25.586	25.432
CDI Banco ABC	32.019	30.178
Total	57.605	55.610
Circulante	25.586	25.432
Não circulante	32.019	30.178

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	30/06/2021	31/12/2020
Livres		·
Letras Financeiras do Tesouro	600.925	584.000
Notas do Tesouro Nacional	233.298	
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	47.479	47.479
Cotas de fundos de investimentos	106.219	110.624
Ações de companhias fechadas	9.040	9.040
Vinculado a operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro		4.734
Notas do Tesouro Nacional	5.056	
Vinculado ao Banco Central		
Letras Financeiras do Tesouro	2.015	50.287
Vinculado a prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro	463.573	473.818
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)	(9.040)
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.458.565	1.270.942
Instrumentos financeiros derivativos		
Vendas a termo a receber	14	
Total	1.458.579	1.270.942
Circulante	1.220.225	1.270.942
Não circulante	238.354	0.0 12



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Classificação dos títulos e valores mobiliários

Apresentamos a seguir o resumo da carteira de títulos e valores mobiliários por categoria e prazo de vencimento, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

									30/06/2021
	Valor do		a mercado etido no:						
	custo amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação Cotas de fundos de investimentos Ações de companhias fechadas	1.231.531 106.219 9.040	(1.552)		1.229.979 106.219 9.040	115.259 106.219 9.040		327.575	223.761	563.384
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI Letras Financeiras do Tesouro	44.763 1.071.509	2.716 (4.268)		47.479 1.067.241	9.040		327.575	13.349 210.412	34.130 529.254
Títulos disponíveis para venda Notas do Tesouro Nacional	252.618 252.618		(14.264) (14.264)	238.354 238.354					238.354 238.354
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.484.149	(1.552)	(14.264)	1.468.333	115.259		327.575	223.761	801.738
Provisão para perdas e desvalorização de títulos Provisão para IRF/IOF	(9.040) (728)			(9.040) (728)	(9.040)			(207)	(521)
Total de títulos e valores mobiliários	1.474.381	(1.552)	(14.264)	1.458.565	106.219		327.575	223.554	801.217
									31/12/2020
			Ajuste a mercado						
	Valor do amor	custo tizado	refletido no resultado	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 me	eses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação Cotas de fundos de investimentos Ações de companhias fechadas		88.197 10.624 9.040	(8.215)	1.279.982 110.624 9.040	119.664 110.624 9.040	200.	.701	544.026	415.591
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI Letras Financeiras do Tesouro		45.223 23.310	2.256 (10.471)	47.479 1.112.839	9.040	200.	.701	13.414 530.612	34.065 381.526
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.2	88.197	(8.215)	1.279.982	119.664	200.	.701	544.026	415.591
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	((9.040)		(9.040)	(9.040)				
Total de títulos e valores mobiliários	1.2	79.157	(8.215)	1.270.942	110.624	200	.701	544.026	415.591



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As aplicações em cotas de fundos de investimento são avaliadas pelo valor das cotas informadas pelos administradores, as quais refletem a marcação a mercado das carteiras dos fundos, conforme regras da CVM.

Para a aplicação em ações de companhias fechadas, o saldo de provisão para perda em 30 de junho de 2021 é de R\$ 9.040 (R\$ 9.040 em 31/12/2020).

Os títulos públicos federais foram marcados a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

Os títulos classificados como mantidos para negociação são apresentados no circulante, independentemente do vencimento.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

O Conglomerado Prudencial BS2 participa de operações com instrumentos financeiros derivativos de modo a mitigar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros, de maneira que haja o menor descasamento de prazos e volumes financeiros possíveis. Eventualmente, quando identificadas oportunidades com uma relação risco/retorno considerada compensadora, o Conglomerado Prudencial BS2 efetua operações com instrumentos derivativos objetivando a obtenção de ganhos.

Em 30 de junho de 2021, o Conglomerado Prudencial BS2 possuía contratos de derivativos envolvendo operações de futuros e termos, os quais estão registrados na B3 S.A., as operações com *swap* foram liquidadas em novembro de 2020 pela liquidação da dívida subordinada.

(i) Termo

Em 30 de junho de 2021, o Conglomerado Prudencial BS2 possuía posições de vendas a termos a receber – Ativo de moeda estrangeira de R\$ 14 (Obrigações por venda a termo – Passivo de R\$ 43 em 31/12/2020) com um valor de referência de R\$ 16.818 (R\$ 8.188 em 31/12/2020). Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição ativa de moedas estrangeiras.

(ii) Futuros

Em 30 de junho de 2021, o Conglomerado Prudencial BS2, realizou operações no mercado futuro para mitigar a exposição das operações de câmbio indexadas a moeda estrangeira. Estas operações geraram um resultado líquido positivo de R\$ 3.271 (resultado líquido negativo de R\$ 24.793 em 30/06/2020).

7 Relações interfinanceiras

	30/06/2021	31/12/2020
Ativo		
Outros Sistemas de Liquidação	22.592	
Transações de pagamento (*)	9.049.485	8.248.951
Depósitos Banco Central - Outros	176.715	83.520
Depósitos Banco Central – Reservas Compulsórias	8.560	6.733
Relações com Correspondentes	664	641
Total – Circulante	9.258.016	8.339.845
Passivo		
Outros Sistemas de Liquidação	4.925	
Transações de pagamento	9.222	9.185
Total – Circulante	14.147	9.185

(*) Refere-se a pagamentos e recebimentos a liquidar de emissores decorrentes das operações com cartão de débito e crédito realizadas por estabelecimentos comerciais.



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Carteira de crédito

(a) Classificação por produto

	30/06/2021	31/12/2020
Setor Privado		
Crédito pessoal	10.212	7.255
Capital de giro	294.550	305.349
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	40.490	40.255
Desconto de títulos	42.603	38.928
Adiantamentos a depositantes	3.817	459
Conta garantida	6.619	200
Cartão de crédito	3.867	1.087
Outros	10.037	10.533
Total operações de crédito	412.195	404.066
Precatórios	280.631	232.010
Devedores por compra de valores e bens	2.703	5.146
Cartão de crédito	8.902	8.845
Total outros créditos com características de concessão de crédito	292.236	246.001
Total carteira de crédito	704.431	650.067
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de operações de crédito	(11.070)	(13.014)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de outros créditos com características de concessão de crédito	(910)	(869)
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(11.980)	(13.883)
Total	692.451	636.184
Circulante	412.384	346.585
Não circulante	280.067	289.599

(b) Cessão de créditos

Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 não foram efetuadas cessões de créditos com retenção de risco.

No semestre findo em 30 de junho de 2021, foram efetuadas cessões de créditos sem retenção de risco de transações de pagamentos, que na data da cessão totalizava R\$ 3.901.176, gerando um resultado negativo de R\$ 23.189 conforme nota 22.



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Classificação por prazo

	30/06/2021	31/12/2020
A vencer com prazo indeterminado	280.631	232.010
A vencer até 90 dias	143.313	144,176
A vencer de 91 a 180 dias	39.135	32.106
A vencer de 181 a 360 dias	66.561	78.073
A vencer acima de 360 dias	166.328	160.953
Total de parcelas a vencer	695.968	647.318
Vencidas até 90 dias	2.796	1.180
Vencidas de 91 a 180 dias	4.916	338
Vencidas de 181 a 360 dias	751	1.015
Vencidas acima de 360 dias		216
Total de parcelas vencidas	8.463	2.749
Total	704.431	650.067
Classificação por setor de atividade		

(d)

	30/06/2021	31/12/2020
Outros serviços	390.788	392.455
Pessoas físicas Administração pública	33.012 280.631	25.602 232.010
, ,		
Total	<u>704.431</u>	650.067

(e) Classificação por níveis de risco

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito foi constituída de acordo com os critérios determinados pela Resolução CMN nº 2.682/99, considerando ainda os seguintes aspectos: (i) características das operações e respectivas garantias; (ii) considerações em relação ao atraso das parcelas; e (iii) histórico de perdas com os devedores.

			30/06/2021		30/12/2020
Nível	<u></u> %	Carteira	Provisão mínima requerida	Carteira	Provisão mínima requerida
AA		146.781		72.591	
Α	0,5	408.722	2.043	373.934	1.870
В	1	88.493	885	113.318	1.133
С	3	48.580	1.457	57.964	1.739
D	10	1.480	148	22.539	2.254
E	30	2.085	626	2.127	638
F	50	2.490	1.245	2.677	1.338
G	70	747	523	22	16
Н	100	5.053	5.053	4.895	4.895
Total		704.431	11.980	650.067	13.883



Conglomerado Prudencial BS2 Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2021 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Classificação por níveis de risco e produto

					30/06/2021
		Capital			_
Nível	Crédito pessoal	de giro	Precatórios	Outros	Total
AA		35.972	110.809		146.781
Α	3.317	168.897	169.822	66.686	408.722
В	2.559	46.825		39.109	88.493
С	3.728	37.735		7.117	48.580
D	90	1.003		387	1.480
Е	5	1.589		491	2.085
F	7	1.777		706	2.490
G	1	346		400	747
Н	505	406		4.142	5.053
Total	10.212	294.550	280.631	119.038	704.431

					31/12/2020
Nível	Crédito pessoal	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total
AA			72.591		72.591
Α	2.633	187.165	159.419	24.717	373.934
В	3.697	32.418		77.203	113.318
С	40	55.179		2.745	57.964
D	78	22.334		127	22.539
Ε	175	1.947		5	2.127
F	518	2.115		44	2.677
G	11			11	22
Н	103	4.191		601	4.895
Total	7.255	305.349	232.010	105.453	650.067

(g) Concentração da carteira

		30/06/2021		31/12/2020
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	385.426	54,71	354.466	54,53
20 maiores devedores seguintes	152.539	21,65	163.779	25,19
50 maiores devedores seguintes	108.105	15,35	100.227	15,42
100 maiores devedores seguintes	34.355	4,88	18.312	2,82
Outros	24.006	3,41	13.283	2,04
			-	
Total	704.431	100,00	650.067	100,00



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Movimentação da perda esperada associada ao risco de crédito

	30/06/2021	30/06/2020
Saldo no início do semestre	13.883	22.393
Constituição e reversão de provisão	2.574	6.673
Baixas de créditos para prejuízo	(4.477)	(7.088)
Saldo no fim do semestre	11.980	21.978

No primeiro semestre de 2021 foi recuperado o montante de R\$ 2.747 (R\$ 850 em 30/06/2020) referente a créditos anteriormente baixados para prejuízo e foi renegociado um montante de R\$ 73.234 (R\$ 132.586 em 30/06/2020) de operações de crédito da carteira empresarial, cujo saldo devedor em 30 de junho de 2021 totaliza em R\$ 34.528 (R\$ 118.708 em 30/06/2020).

9 Outros ativos financeiros

	30/06/2021	31/12/2020
Operações de câmbio (i)	132.266	36.414
Rendas a receber	364	1.527
Negociação e intermediação de valores	2.624	612
Devedores por depósitos em garantia (nota 17(i))	9.995	10.291
Títulos e créditos a receber (ii)	582	12.629
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 30)	33	18
Valores a receber por operações de adquirência	32.380	74.574
Diversos (iii)	38.508	104.320
Total	216.752	240.385
Circulante	206.873	218.394
Não circulante	9.879	21.991
(i) O saldo de operações de câmbio do ativo é composto co	onforme abaixo:	
	30/06/2021	31/12/2020
	_	
Câmbio comprado a liquidar	107.967	35.855
Direitos sobre vendas de câmbio	26.461	5.648
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(2.162)	(5.089)
Total	132.266	36.414

(ii) "Títulos e créditos a receber" refere-se basicamente a direitos creditórios, assim entendidos como expectativa de direito de crédito em ação de natureza condenatória movida em desfavor da União Federal



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ou suas Autarquias, são adquiridos pelo Conglomerado Prudencial BS2 e são mantidos em carteira até a sua formalização em precatórios, que assegura elevado grau de confiança de realização, e posterior liquidação final. Os direitos creditórios somente passam a apropriar renda após a ordem judicial de constituição em precatório.

(iii) Em 30 de junho de 2021, o valor de R\$ 25.000 em "Diversos" refere-se a valor a receber de Magalu Pagamentos Ltda. pela cessão onerosa de todos os direitos sobre software para processamento de operações com cartões de crédito e de débito, sujeito à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, o que ocorreu em 05 de julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 98.121 em "Diversos" refere-se a depósito judicial a levantar pela extinção de precatório do Município de Guarulhos.

10 Outros ativos

	30/06/2021	31/12/2020
Bens não de uso próprio (i)	15.203	13.964
Despesas antecipadas	21.301	23.296
Deságio na colocação de títulos	16.891	18.761
Outras despesas antecipadas	4.410	4.535
Total	36.504	37.260

⁽i) Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

11 Ativos fiscais correntes e diferidos

(a) Ativos fiscais correntes

Ativos fiscais correntes refere-se a impostos e contribuições a compensar.

(b) Ativos fiscais diferidos

Os saldos dos créditos tributários apresentam-se como seque:

	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para perdas em ativos	9.726	12.692
Provisões passivas	12.947	20.094
Ajustes ao valor de mercado	8.252	1.006
Outras diferenças temporárias	5.775	5.267
Total de diferenças temporárias	36.700	39.059
Prejuízo fiscal - Imposto de Renda	57.676	53.338
Base negativa - Contribuição Social	44.913	41.944
Total	139.289	134.341



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, a movimentação dos créditos tributários pode ser demonstrada como segue:

			30/06/2021			30/06/2020
	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total
Saldo no início do semestre	39.059	95.282	134.341	47.219	52.291	99.510
Constituição	23.238	7.308	30.546	12.894	48.983	61.877
Utilização	(25.598)		(25.598)	(17.084)	(873)	(17.957)
Saldo no fim do semestre	36.699	102.590	139.289	43.029	100.401	143.430

A recuperação provável dos créditos tributários pode ser demonstrada conforme abaixo:

Ano	Valor contábil	Valor presente
2022	16.521	15.848
2023	24.047	22.126
2024	22.805	20.128
2025	22.932	19.415
2026	26.138	21.227
2027	18.624	15.125
2028	8.222	6.677
Total	139.289	120.546

O Conglomerado Prudencial BS2 adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

Em 30 de junho de 2021 esses créditos estão relacionados, principalmente, à possibilidade de reconhecimento, como perda efetiva, das despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingenciamentos discutidos judicialmente, cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais.

Os créditos tributários relacionados a prejuízo fiscal e base negativa serão recuperados, segundo a expectativa da Administração com lucros tributários futuros, a partir de projeções aprovadas pela administração e elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

bs2

Conglomerado Prudencial BS2 Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Investimentos em controladas e coligadas

(a) Informações das controladas diretas e indiretas e coligadas:

	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Resultado semestre	Valor do investimento	30/06/2021 Resultado da equivalência patrimonial no semestre
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. BS2 Tecnologia Ltda. Butiá Participações S.A. BS2P Participações Ltda.	13.094.460 225.000 15.984.000 160.080 980	99,80 99,998 99,90 24,00 98,00	22.948 856 19.230 1.459	145 150 (1.866) 522	22.901 857 19.211 350	144 150 (1.864) 205
Total					43.319	(1.365)
				30/06/2020		31/12/2020
	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Resultado semestre	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	Patrimônio líquido	Valor do investimento
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. BS2 Tecnologia Ltda. Butiá Participações S.A. BS2P Participações Ltda.	13.094.460 225.000 999.000 160.080 980	99,80 75,00 99,90 24,00 98,00	(95) 278 137 540	(94) 208 138 169	22.803 900 6.011 1.501	22.757 900 6.005 361
Total				421		30.023

BS2 Asset – Em dezembro de 2020, foi realizada alteração contratual na empresa BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda., onde a BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. adquire quotas passando a participar com 99,998% no capital social. Em maio de 2020 o Banco alienou suas quotas de participação da BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. para sua controlada BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

BS2 Tecnologia – Em junho de 2021 foi realizada a alteração contratual deliberando o aumento de capital social da empresa BS2 Tecnologia Ltda. para R\$ 16.000 após o aporte de R\$ 15.000, representado pela emissão de 15.000.000 de quotas de capital, nominativas, subscritas e integralizadas em valor corrente.



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos investimentos - controladas diretas e indiretas:

	Saldo em 31/12/2020	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	Dividendos	Aumento de capital	Ganhos (Perdas) de capital líquidas	Remuneração baseada em ações	Saldo em 30/06/2021
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	22.757	144					22.901
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	900	150			(193)		857
BS2 Tecnologia Ltda.	6.005	(1.864)		14.985	, ,	85	19.211
Butiá Participações S.A.	361	205	(216)				350
Total	30.023	(1.365)	(216)	14.985	(193)	85	43.319
	Saldo em 31/12/2019	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	Dividendos	Aumento de capital	Ganhos (Perdas) de capital líquidas	Aquisição (Alienação) de participações	Saldo em 30/06/2020
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	22.746	(94)					22.652
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	413	208		225	(323)	(455)	68
BS2 Tecnologia Ltda.	5.670	138			,	,	5.808
Butiá Participações S.A.	302	169	(135)				336
Total	29.131	421	(135)	225	(323)	(455)	28.864



Conglomerado Prudencial BS2 Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2021 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Depósitos interfinanceiros e a prazo

						30/06/2021
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos à vista Depósitos interfinanceiros	563.983	42.537	50.689	103.216	050 400	563.983 196.442
Depósitos a prazo Outros depósitos	21.195	938.658	1.259.262	1.281.818	652.102	4.131.840 21.195
Total	585.178	981.195	1.309.951	1.385.034	652.102	4.913.460
Circulante Não circulante						2.876.324 2.037.136
						31/12/2020
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos à vista Depósitos interfinanceiros Depósitos a prazo	330.391	22.049 311.732	5.342 817.664	146.817 1.877.710	633.089	330.391 174.208 3.640.195
Outros depósitos	68.475	311.732	017.004	1.077.710	033.009	68.475
Total	398.866	333.781	823.006	2.024.527	633.089	4.213.269
Circulante Não circulante						1.555.653 2.657.616

14 Recursos de aceites e emissão de títulos

				30/06/2021
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	21.136	27.055	5.790	53.981
Letras financeiras		6.829		6.829
Total	21.136	33.884	5.790	60.810
Circulante				55.020
Não circulante				5.790
				31/12/2020
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	31.852	14.083	90	46.025
Letras financeiras		91.465	101	91.566
Total	31.852	105.548	191	137.591
Circulante				137.400
Não circulante				191



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Dívidas e letras financeiras subordinadas

(a) Dívidas subordinadas

Referem-se à emissão de títulos no mercado internacional "Subordinated Notes", em 03 de novembro de 2010 no montante de US\$ 125.000, com prazo de 10 anos, amortização no final e pagamento de juros semestrais à taxa de 9,25% ao ano. A aprovação correspondente a US\$ 120.000 dessa emissão como dívida subordinada, foi homologado pelo BACEN e passou a compor o Patrimônio de Referência - Nível II a partir de 10 de fevereiro de 2011, em conformidade com a Resolução CMN 3.444/07 e normas complementares.

A dívida subordinada foi liquidada em novembro de 2020 no seu vencimento pelo montante de R\$ 339.760.

(b) Letras financeiras subordinadas

Taxa anual	Emissão	Vencimento	30/06/2021	31/12/2020
100% IPCA + 6,47%	abril de 2019	abril de 2024	382	353
130% CDI	abril de 2019	abril de 2024	332	326
135% CDI	abril de 2019	abril de 2024	839	825
100% IPCA + 6,17%	maio de 2019	maio de 2024	468	433
100% IPCA + 6,22%	maio de 2019	maio de 2024	754	697
100% IPCA + 6,37%	maio de 2019	maio de 2024	504	466
100% IPCA + 6,42%	maio de 2019	maio de 2024	442	409
100% IPCA + 6,47%	maio de 2019	maio de 2024	759	702
100% IPCA + 6,77%	maio de 2019	maio de 2024	765	706
100% IPCA + 6,87%	maio de 2019	maio de 2024	765	706
130% CDI	maio de 2019	maio de 2024	1.213	1.193
135% CDI	maio de 2019	maio de 2024	9.191	9.036
100% IPCA + 4,98%	junho de 2019	junho de 2024	3.410	3.171
100% IPCA + 5,47%	junho de 2019	junho de 2024	1.563	1.451
130% CDI	junho de 2019	junho de 2024	5.890	5.794
100% IPCA + 4,83%	julho de 2019	julho de 2024	364	339
130% CDI	julho de 2019	julho de 2024	4.251	4.182
135% CDI	julho de 2019	julho de 2024	656	645
100% IPCA + 4,68%	agosto de 2019	agosto de 2024	360	335
100% IPCA + 5,02%	agosto de 2019	agosto de 2024	1.086	1.010
130% CDI	agosto de 2019	agosto de 2024	1.727	1.699
135% CDI	agosto de 2019	agosto de 2024	10.818	10.636
100% IPCA + 4,93%	setembro de 2019	setembro de 2024	361	336
135% CDI	setembro de 2019	setembro de 2024	3.556	3.496
130% CDI	janeiro de 2020	janeiro de 2025	525	516
100% IPCA + 5,75%	março de 2020	março de 2026	53.498	49.586
100% PRÉ + 10,86%	março de 2020	março de 2026	11.988	11.389
140% CDI	março de 2020	março de 2026	46.710	45.893
100% PRÉ + 9,88%	maio de 2020	abril de 2026	445	425
100% IPCA + 6,48%	junho de 2021	junho de 2027	300	
100% IPCA + 6,68%	junho de 2021	junho de 2027	1.841	
Total			165.763	156.755



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Outros passivos financeiros

	30/06/2021	31/12/2020
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 30)	17	20
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.801	688
Operações de câmbio (i)	134.293	43.280
Negociação e intermediação de valores	1.831	12.688
Provisão de despesas com pessoal	18.696	13.619
Provisão para fornecedores e prestadores de serviços	41.096	37.694
Obrigações por transações de pagamento (ii)	7.022.298	6.203.229
Valores a repassar por operações de adquirência (iii)	107.625	128.797
Valores a repassar a bandeiras de cartão	12.371	21.988
Prestações recebidas a baixar	3.079	9.746
Valores de tarifas a devolver		18.985
Resultado de exercícios futuros	29.761	31.655
Diversos	37.973	9.652
Total	7.410.841	6.532.041
Circulante	7.395.974	6.496.703
Não circulante	14.867	35.338

(i) O saldo de operações de câmbio do passivo é composto conforme abaixo:

	30/06/2021	31/12/2020
Câmbio vendido a liquidar Obrigações por compras de câmbio	25.058 109.235	5.460 37.820
Total	134.293	43.280

- (ii) "Obrigações por transações de pagamento" refere-se a valores a repassar aos estabelecimentos comerciais credenciados (adquirência) por operações com cartão de crédito e débito e em contrapartida foi registrado no ativo na rubrica "Relações interfinanceiras Transações de pagamento" os valores a receber dos repasses das bandeiras de cartões conforme nota 7.
- (iii) "Valores a repassar por operações de adquirência" referem-se basicamente a montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais.

17 Provisões

	30/06/2021	31/12/2020
Provisões para contingências (i)	20.468	19.386
Provisão para garantias financeiras prestadas (ii)	562	669
Total	21.030	20.055
Circulante	411	450
Não circulante	20.619	19.605

(i) "Provisões para contingências" e "Devedores por depósitos em garantia" são demonstrados conforme abaixo:



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Depósi	tos judiciais		Provisões para contingências
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Contingências tributárias	1.829	1.829		
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.210	1.505	3.258	2.117
Contingências cíveis	5.084	5.085	16.922	13.516
Diversos	1.872	1.872	288	3.753
Total - Não circulante	9.995	10.291	20.468	19.386

A Administração do Conglomerado Prudencial BS2 revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas ajustando a provisão conforme aplicável.

Os processos trabalhistas considerados como perda provável são objeto de provisão e aqueles avaliados como risco possível não são reconhecidos contabilmente que em 30 de junho de 2021 totalizavam R\$ 5.582 (31/12/2020 - R\$ 9.004).

As contingências cíveis são em geral decorrentes de indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte contencioso massificado dos processos ativos avaliados como perda provável. A provisão para perdas desses processos é constituída tomando como parâmetro o valor do risco calculado individualmente, de acordo com a liquidação do pedido realizado pelo autor(a) da ação ou da condenação dada em decisão de mérito, aplicando-se, ainda, redução de 20% sobre o valor apurado levando em consideração o histórico de redução dessas perdas decorrentes de acordos realizados nos processos. O valor de liquidação é verificado temporalmente.

Abaixo está demonstrada a movimentação das contingências:

				30/06/2021
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Diversos	Total
Saldo no início do semestre	2.117	13.516	3.753	19.386
Movimentação refletida no resultado:				
Constituições	3.015	13.073	113	16.201
Êxitos/reversões	(1.672)	(6.425)	(3.578)	(11.675)
Pagamentos	(202)	(3.242)	, ,	(3.444)
Saldo no fim do semestre	3.258	16.922	288	20.468
				30/06/2020
	Trabalhistas e			
	previdenciárias	Cíveis	Diversos	Total
Saldo no início dos semestre	3.719	24.821	109	28.649
Movimentação refletida no resultado:				
Constituições	961	10.040	44	11.045
Êxitos/reversões	(981)	(11.555)		(12.536)
Pagamentos	(293)	(5.345)		(5.638)
Saldo no fim dos semestre	3.406	17.961	153	21.520



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) "Provisão para garantias financeiras prestadas" refere-se a provisão de fiança bancária que monta R\$ 60.293 (31/12/2020 - R\$ 57.088), em conformidade com a Resolução CMN nº 4.512/16. Os critérios utilizados para a constituição desta provisão foram de acordo com o exposto na Resolução CMN 2.682/99 considerando a avaliação do cliente.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 27 de novembro de 2020, foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado do Banco no montante de R\$ 50.000, refletindo no aumento de 7.142.515 ações ordinárias e 2.528.665 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, que foram integralizadas mediante a transferência bancaria pelos acionistas.

Em 30 de abril de 2021, foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado do Banco no montante de R\$ 52.084, refletindo no aumento de 7.312.888 ações ordinárias e 2.588.991 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, que foram integralizadas mediante a transferência bancária pelos acionistas.

Assim, em 30 de junho de 2021, o capital subscrito e integralizado no montante de R\$ 560.705 (31/12/2020 – R\$ 508.621) está representado como segue:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total em circulação
Em 30 de junho de 2021	80.427.557	28.473.845	108.901.402
Em 31 de dezembro de 2020	73.114.669	25.884.854	98.999.523

(b) Reservas de lucros

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída pelo saldo de lucro remanescente após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos. Sua destinação será para aumento de capital, podendo ser, por deliberação dos acionistas, distribuída total ou parcialmente ou compensada com prejuízos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Em fevereiro de 2020, foram pagos dividendos no montante de R\$ 800 e em abril de 2020 foram pagos dividendos no montante de R\$ 2.075, ambos formalizados em Ata de Reunião da Diretoria.

(d) Opções de compra por ações

Em 2019, em concordância com o plano de incentivo de longo prazo definido pelo Grupo BS2, foram outorgadas Opções de Compra de Ações das companhias Banco BS2, BS2 DTVM e ADIQ Soluções de Pagamento. Estes programas são baseados em ações e liquidados em instrumentos de patrimônio (ações ou cotas).

São elegíveis ao plano os administradores, executivos e profissionais de alto nível do Banco e de suas subsidiárias, controladas ou coligadas, além de prestadores de serviços, sem vínculo empregatício ou estatutário. É atribuído ao Conselho de Administração escolher, por seu único e exclusivo critério, os executivos e profissionais elegíveis ("Beneficiários").

O plano de incentivo outorgado pelo Banco BS2 é composto por 3 lotes, que passavam a ser exercíveis a partir de zero (vestidas imediatamente), 0,7 e 1,7 anos da data de concessão, respectivamente. O Programa da



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

companhia DTVM era composto por 2 lotes, que passavam a ser exercíveis em 1 e 2 anos, respectivamente, da data de concessão. As outorgas da ADIQ eram compostas também por 3 lotes, com o primeiro lote vestindo imediatamente, e o segundo e terceiro lotes com um tempo de carência médio de 0,9 e 1,9 anos, respectivamente, da data de concessão.

O exercício do direito de aquisição/subscrição das ações é condicionado à manutenção do vínculo estatutário, de emprego ou de prestações de serviços do beneficiário com o Banco, suas sociedades controladas, coligadas ou interligadas, de sorte que, desfeito este vínculo, independentemente da causa, é extinta a opção em relação às ações ou cotas ainda não subscritas e integralizadas. O Banco BS2 e as demais empresas do grupo não têm qualquer obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) de recomprar ou liquidar as opções em espécie.

O prazo máximo de exercício (data de vencimento) dos programas é de aproximadamente 2 anos após a outorga. O preço de exercício de cada opção nos programas é calculado na data de exercício com base no valor patrimonial contábil de uma ação, apurada com base no último balanço anual ou balancete mensal da respectiva instituição, prevalecendo o que for mais recente em relação à data da subscrição. No programa ADIQ, o preço de exercício foi fixado na outorga em R\$ 4,00.

Em março de 2020 as opções da ADIQ foram canceladas, portanto não há contratos em vigor. Em agosto de 2020 o plano do Banco BS2 foi extinto, permanecendo em aberto somente o plano da DTVM, com 861.600 ações da DT Participações S.A. e poderão ser exercidos até 31 de dezembro de 2022.

19 Resultado da carteira de crédito

	30/06/2021	30/06/2020
Crédito pessoal Empresarial	630 26.144	862 24.976
Cartões de crédito	1.101	18
Precatórios	28.052	26.815
Total	55.927	52.671
20 Resultado com aplicações interfinanceiras		
	30/06/2021	30/06/2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Posição bancada Depósitos interfinanceiros	7.541 595	13.470
Total	8.136	13.470
21 Resultado com títulos e valores mobiliários		
	30/06/2021	30/06/2020
Resultado de títulos de renda fixa	23.011	16.271
Resultado de aplicações em fundos de investimento Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	3.541 (1.520)	(7.902) 2.011
Deságios na colocação de títulos	(1.320)	(170)
Total	25.032	10.210



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Resultado com operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

	30/06/2021	30/06/2020
Transações de pagamentos (nota 8(b))	(23.189)	
Total	(23.189)	

23 Despesas de operações de captação no mercado

	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de títulos emitidos no exterior		(102.304)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(3.059)	(3.862)
Despesas de depósitos a prazo	(95.614)	(65.704)
Despesas de recursos de aceites e emissão de títulos	(8.585)	(4.261)
Outras despesas de captação	(4.605)	(2.786)
Total	(111.863)	(178.917)

24 Receitas de prestação de serviços

	30/06/2021	30/062020
Rendas por serviços de pagamento (i) Rendas de cobrança Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento (ii) Diversas	40.032 107 174.136 8.777	26.175 258 64.725 8.948
Total	223.052	100.106

- (i) Rendas provenientes da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito.
- (ii) Rendas provenientes de aquisições realizada pelo Conglomerado Prudencial BS2 de créditos dos seus estabelecimentos credenciados nas operações da adquirência, cuja diferença entre o valor da agenda desses estabelecimentos junto às bandeiras de cartões de crédito e o valor de aquisição é apropriada como receita.

25 Despesa de pessoal

	30/06/2021	30/06/2020
Honorários	(8.757)	(4.584)
Benefícios	(6.369)	(5.767)
Encargos Sociais	(10.453)	(9.747)
Proventos	(28.510)	(24.955)
Treinamento	(394)	(587)
Estagiários	(337)	(294)
Total	(54.820)	(45.934)



Conglomerado Prudencial BS2 Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2021 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Outras despesas administrativas

	30/06/2021	30/06/2020
Aluguel	(4.143)	(4.832)
Comunicação	(3.401)	(2.838)
Manutenção e conservação de bens	(495)	(543)
Processamento de dados	(62.305)	(57.564)
Promoções e relações públicas	(657)	(12.745)
Propaganda e publicidade	(4.989)	(10.105)
Prestação de serviços	(89.334)	(59.491)
Transportes	(1.768)	(4.433)
Viagens	(368)	(1.233)
Depreciação e amortização	(10.767)	(9.754)
Outros	(4.213)	(4.639)
Total	(182.440)	(168.177)

27 Despesas tributárias

	30/06/2021	30/06/2020
Despesas tributárias	(5.233)	(4.082)
ISSQN	(4.143)	(2.270)
Cofins	(17.202)	(7.666)
PIS	(3.264)	(1.421)
Total	(29.842)	(15.439)

28 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de despesas de provisões operacionais (i)	28.445	12.294
Variações monetárias e cambiais	2.442	2.872
Ajuste a valor de mercado da captação externa		1.215
Rebate de contratos cedidos	56	456
Resultado operações com outros direitos creditórios	4.896	576
Diversos	2.133	879
Total de outras receitas operacionais	37.972	18.292
Despesas de provisões operacionais (i)	(6.878)	(918)
Variações monetárias e cambiais	(46)	(2.627)
Despesas de interveniências de repasses de recursos	(285)	(63)
Despesas com serviços associados a transações de pagamento	(419)	(137)
Perdas com processos trabalhistas	(202)	(293)
Perdas com processos cíveis	(3.242)	(5.345)
Diversos	(2.233)	(3.949)
Total de outras despesas operacionais	(13.305)	(13.332)



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) "Recuperação/Despesas de provisões operacionais" referem-se, substancialmente, a provisão de contingências cíveis e trabalhistas, provisão para fianças e bens não de uso. Em 30 de junho de 2021, o valor R\$ 18.985 refere-se a reversão de provisão de tarifas, conforme nota 33(e).

29 Imposto de renda e contribuição social

		30/06/2021		30/06/2020
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	53.859	53.859	(81.607)	(81.607)
Adições (exclusões) líquidas:				
Equivalência patrimonial Participações no resultado Outras, líquidas	1.365 (4.683) 3.265	1.365 (4.683) 809	(421) (1.789) 85	(421) (1.789) 853
Base de cálculo	53.806	51.350	(83.732)	(82.964)
Alíquota Efetiva Alíquota Adicional Incentivo Fiscal Tributação pelo lucro presumido	(7.903) (5.259) 143 (92)	(5.160) (37)	12.347 8.262 36	16.771
Imposto de renda e contribuição social	(13.111)	(5.197)	20.645	16.771

30 Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Os principais saldos e operações são demonstrados abaixo:

		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2020
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Operações de Crédito BS2 Tecnologia Ltda. (ii) Pessoal chave da Administração (iii) Outras partes relacionadas (iv)	12.020 6.002 327 5.691	207 207	13.197 7.636 295 5.266	257 257
Depósitos à vista Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i) BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (ii) Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. (ii) BS2 Tecnologia Ltda. (ii) BS2 Tecnologia e Processamento Ltda. (iv) BS2P Participações Ltda. (ii) Pessoal chave da Administração (iii) Outras partes relacionadas (iv)	(328.127) (320.573) (3) (11) (100) (4) (4) (567) (6.865)		(5.127) (12) (7) (6) (23) (2) (3) (1.555) (3.519)	



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ativos (Passivos)	30/06/2021 Receitas (Despesas)	31/12/2020 Ativos (Passivos)	30/06/2020 Receitas (Despesas)
Captações no mercado aberto	(2.050.230)	(215)	(78.111)	(359)
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	(1.772.685)	(172)	(12.045)	(293)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (ii)	(841)	(12)	(866)	(14)
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)	(5.901)	(31)	(1.̈761)	(52)
Pessoal chave da Administração (iii)	(9.681)	, ,	(7.463)	` ,
Outras partes relacionadas (iv)	(261.122)		(5̀5.976́)	
Outros créditos (Outras obrigações) / Receitas (Despesas)				
operacionais	(16)	(15.072)	(7)	(13.637)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (ii)	(25)	` ,	(10)	` (12)
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)	` 17	(15.072)	`11́	(13.625)
BS2 Tecnologia e Processamento Ltda (iv)	(8)	` ,	(8)	` ,

- (i) Holding controladora integral do Banco BS2.
- (ii) Empresas controladas do Banco BS2 conforme detalhado na nota 12.
- (iii) Pessoal chave da administração do Banco BS2 e de sua controladora integral Bonsucesso Holding Financeira S.A..
- (iv) Outras partes relacionadas pessoas físicas ou jurídicas.

(b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A Assembleia Geral Ordinária estabelece uma remuneração anual para os Administradores. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

	30/06/2021	30/06/2020
Honorário	(5.140)	(4.430)
Participação nos lucros e resultados	(3.617)	(154)
Encargos sociais	(1.185)	(1.290)
Total	(9.942)	(5.874)

O Grupo possui programa de remuneração de longo prazo que contempla opções de compras de ações para pessoal chave da Administração e alguns empregados, conforme divulgado na nota 18 (d).

Conforme legislação vigente à partir de 1º de janeiro de 2019, as instituições financeiras podem conceder operações de créditos aos seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, conforme detalhado na nota 30 (a).

31 Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III) - Resolução CMN Nº 4.193/13

A partir de 1º de outubro de 2013, passou a vigorar no Brasil o arcabouço regulatório recomendado pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, que trata da nova estrutura de capital de instituições financeiras para Basileia III. Para o cálculo do Patrimônio de Referência (PR), foi divulgada a Resolução CMN nº 4.192/13, que define a metodologia de apuração e a Resolução CMN nº. 4.193/13, que dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal para Basileia III.

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
(=) Patrimônio de Referência – Nível I	448.654	381.133
(+) Capital Principal (a)	448.654	381.133
(+) Capital Social e Reservas	570.893	519.032
(+) Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	16.737	16.485
(+) Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa		75
(-) Deduções do capital – ajustes a valor de mercado de TVM	7.918	103
(-) Ajustes Prudenciais	161.947	154.357
(+) Patrimônio de Referência – Nível II	105.122	129.363
(+) Instrumentos Elegíveis para compor nível II (a)	114.890	136.546
(-) Deduções do Nível II	9.767	7.183
(=) Patrimônio de Referência Total	553.777	510.496
Alocação de Capital por Risco Risco de Crédito (RWAcpad) Risco de Mercado (RWAjur + RWAcam + RWAacs + RWAcom)	3.957.906 275.998	3.731.254 314.200
Risco Operacional (RWAopad)	526.354	430.587
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	4.760.259	4.476.041
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA	380.821	358.083
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para		
RBAN	392.035	391.794
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	172.956	152.412
Margem sobre o Patrimônio de Referência com RBAN	84.387	62.751
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	163.039	112.570
Margem sobre o Capital Principal Requerido	234.443	179.711
Margem Adicional de Capital	85.685	56.620
Índice de Basileia - PR	11,63%	11,41%
Índice do Nível I	9,43%	8,51%
Índice do Capital Principal	9,43%	8,51%
Índice de Imobilização	19,68%	18,27%

Conforme definido pela Resolução CMN nº 4.192/13 para Instrumentos Elegíveis ao Nível II em dezembro de 2020 foi considerado o somatório dos saldos de Letras Financeiras Autorizadas a compor o Nível II, após a aplicação dos redutores de 0%, 40% e 80%. Já em junho de 2021, foi considerado a aplicação dos redutores de 20%, 40% e 60% de acordo com o vencimento dos papéis.

Considerando os valores apurados em 30 de junho de 2021, registrou-se um coeficiente de Basileia III (adequação ao Patrimônio de Referência Exigido) de 11,63% (11,41% em 31/12/2020), que se encontra em conformidade com o preconizado pelo BACEN, uma vez que o mínimo requerido em junho de 2021 é de 9,625% (Índice Basileia 8% + ACP 1,625%) de acordo com a Resolução CMN nº 4.193/13. Para os Índices de Nível I e Capital Principal o indicador ficou em 9,43% (8,51% em 31/12/2020), ambos acima do mínimo exigido pela autoridade reguladora (7,625% e 4,5%).

Cabe destacar que o Patrimônio de Referência Total apurado no período foi de R\$ 553.777 (R\$ 510.496 em 31/12/2020) contra um Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA de R\$ 380.821 (R\$ 358.083 em 31/12/2020) e Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN de R\$ 392.035 (R\$ 391.794 em 31/12/2020), o que implica em uma margem sobre o Patrimônio de Referência considerando RBAN de R\$ 84.387 (R\$ 62.751 em 31/12/2020).

Desta forma, a exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento do Banco encontra-se em conformidade com a regulamentação do BACEN.



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 Gerenciamento de risco

Gerenciamento de capital

Entende-se como gerenciamento de capital, no âmbito do Banco e Consolidado, o processo contínuo de: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que o grupo está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco e Consolidado.

No gerenciamento de capital, a instituição mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

Gerenciamento de risco

A gestão de riscos do Banco e Consolidado reflete um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco operacional e socioambiental.

- I Risco de mercado É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Banco, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (*commodities*). Gerenciado em sintonia com as recomendações e normatização dos órgãos reguladores e alinhado com as melhores práticas do mercado nacional, a política que norteia as ações de gerenciamento do risco de mercado tem bases conservadoras, sendo que os limites de VaR (*Value at Risk*) são definidos pela Administração e monitorados com periodicidade diária.
- II Risco de crédito É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A cadeia de valor da gestão de risco de crédito abrange: 1. Desenvolver e manter políticas; 2. Realizar análise e concessão de crédito; 3. Monitorar e gerenciar exposições; 4. Gerenciar a carteira de crédito; e 5. Gerar reportes regulatórios e gerenciais.
- III Risco de liquidez É o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.
- IV Risco operacional e socioambiental É a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de danos socioambientais, eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais, incluindo também o risco legal. O Banco considera a atividade de gestão do risco operacional e socioambiental de grande relevância como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão destes riscos contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital.

Gerenciamento de risco operacional e socioambiental

Em consonância com a Resolução CMN n°. 4.557/17, e com a Resolução CMN nº 4.327/14 o Banco e Consolidado instituíram suas políticas para gestão do risco operacional e risco socioambiental, onde estão definidas as responsabilidades, os princípios e diretrizes. Nesta estrutura, cabe aos gestores em todos os níveis garantir que todos os seus colaboradores entendam os riscos e responsabilidades envolvidas em suas atividades diárias, bem como conheçam e sigam as políticas e manuais operacionais relativos ao risco operacional e



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

socioambiental. Com o lançamento da Agenda de Sustentabilidade no BS2, o gerenciamento do risco socioambiental se tornou uma das várias linhas de ações a serem fortalecidas em todas as áreas do negócio.

Gerenciamento de continuidade de negócios - GCN

O Banco e Consolidado contam com Programa de Continuidade de Negócios para a garantia da sustentabilidade da instituição, visando proteger sua imagem e reputação. Atuam proativamente por meio de suas estruturas de gerenciamento de riscos e sua governança corporativa para continuidade de negócios, oferecendo maior segurança aos seus clientes e acionistas diante de imprevistos, buscando minimizar perdas financeiras e assegurar o nível adequado de estabilidade organizacional nos momentos posteriores a eventuais interrupções e durante a recuperação.

A Continuidade de Negócios no Banco e Consolidado contempla o gerenciamento da recuperação dos negócios em caso de interrupção e a gestão de todo o Programa de Continuidade de Negócios, por meio de análises, estratégias, treinamentos, testes, revisões e manutenções, a fim de garantir que o plano de continuidade de negócios esteja atualizado e operacional.

Gerenciamento de risco de mercado e liquidez

Em consonância com a Resolução CMN 4.557/17, o Banco e Consolidado definiram sua estrutura de gerenciamento do risco de mercado e liquidez compatível com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços, considerando a sua carteira de empréstimos consignados, crédito para pequenas e médias empresas (Empresarial) e operações de câmbio e sua atuação na Tesouraria.

A estrutura define os órgãos envolvidos e suas respectivas atribuições e responsabilidades, a unidade responsável pelo gerenciamento de risco de mercado e liquidez do Banco e Consolidado e o diretor estatutário responsável por cada um dos riscos junto ao Banco Central do Brasil, além de descrever o processo de gerenciamento de risco de mercado e liquidez.

Estrutura de gerenciamento de risco de crédito

Em consonância com a Resolução CMN 4.557/17, o Banco e Consolidado implementou sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito, pautada na avaliação da base histórica das carteiras de crédito, cujos produtos são os indicadores de performance e risco de crédito, simulações de condições extremas (*Stress Test*) em metodologia própria e BACEN, além da documentação dos procedimentos por meio de política, normas, instruções de trabalho e relatórios.

Cultura de Riscos

A gestão efetiva dos riscos se baseia principalmente no desenvolvimento de uma cultura organizacional no sentido de conscientizar a todos sobre a importância de seu papel na prevenção e mitigação de riscos. Por isso, o BS2 adota um processo contínuo de disseminação de informações sobre a gestão de riscos ao pessoal da organização, em seus diversos níveis, inclusive aos prestadores de serviços terceirizados relevantes, com linguagem e grau de informação compatíveis com sua área de atuação. No BS2 as ações de aculturamento de riscos objetivam manter os colaboradores alinhados e engajados com os objetivos, causas e discursos da organização. Dessa maneira, são estabelecidas e estimuladas condutas que vão ao encontro do que a empresa prega.

A divulgação do "Relatório de Gerenciamento de Riscos" é realizada em seu site, na seção Governança Corporativa e "Relatório de Gerenciamento de Riscos" (www.bs2.com/governanca-corporativa), que visa atender a Circular 3.930/2019 do Banco Central do Brasil e refere-se à estrutura de gerenciamento de riscos, aos processos e metodologias de gerenciamento, como também, o detalhamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e socioambiental.



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33 Outras informações

(a) Cobertura de seguros

O Conglomerado Prudencial BS2 possui cobertura de seguros para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado.

(b) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são feitas para as exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) da instituição. Entretanto, vale destacar que os impactos das exposições financeiras da Carteira *Banking* não representam prejuízo contábil potencial para o Conglomerado Prudencial BS2. Isto ocorre pelo fato de que as operações classificadas na Carteira *Banking* (principalmente as indexadas ao fator de risco pré, cupom cambial e índice de preços) tendem a ser mantidas até o seu vencimento.

Tais análises foram preparadas a partir de cenários elaborados considerando as informações de mercado divulgadas à época. Assim, foram utilizados os cenários que afetariam negativamente as posições da instituição.

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto básico nas curvas de juros pré-fixado, cupom cambial, índices de preços e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações que tem como base as informações de 30/06/2021 e 31/12/2020 respectivamente, divulgadas pelo mercado (BM&F BOVESPA, Anbima, etc.);

Cenário II: Choques de mais e menos 25% com base nos mercados de 30/06/2021 e 31/12/2020 respectivamente, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Choques de mais e menos 50% com base nos mercados de 30/06/2021 e 31/12/2020 respectivamente, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Apresenta-se a seguir os resultados para a carteira completa da instituição.

Carteira Total	Exposições	Em 30/06/2021 (*)		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	34	(6.744)	(13.443)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(49)	(4)	(9)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	17	(413)	(826)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	32	(3.142)	(6.376)
Ações	Preço das Ações	214	(5.358)	(10.715)
Demais	Demais fatores de risco	15	(1.913)	(3.626)
TOTAL SEM CORRELAÇÃO		264	(17.574)	(34.996)
TOTAL COM CORRELAÇÃO		(61)	(11.042)	(21.841)

^(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

Carteira Total	Exposições	Em 31/12/2020 (*)		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	113	(19.507)	(40.927)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(48)	(17)	(34)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	152	(3.800)	(7.600)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	42	(2.334)	(4.695)
Ações	Preço das Ações	232	(5.803)	(11.605)
Demais	Demais fatores de risco	97	(4.534)	(9.058)
TOTAL SEM CORRI	ELAÇÃO	588 (35.994) (73		(73.919)
TOTAL COM CORRELAÇÃO (781) (28.673)		(59.260)		

^(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir, são apresentadas as análises de sensibilidade realizadas exclusivamente na Carteira Trading, que consiste em todas as operações detidas com intenção de negociação. São operações destinadas a revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou realização de arbitragem. É importante frisar que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois revelam impactos considerando uma posição estática dos ativos e passivos, o que difere da situação real, onde a instituição, de acordo com dinamismo do mercado, busca formas de mitigar os riscos associados a estas posições.

Carteira Trading	Exposições	Em 30/06/2021 (*)		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	(6)	(1.196)	(2.152)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(49)	(4)	(9)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	17	(413)	(826)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(13)	(1.077)	(2.060)
Ações	Preço das Ações	214	(5.358)	(10.715)
Demais	Demais fatores de risco	(4)	(300)	(591)
TOTAL SEM CORRELAÇÃO 159 (8.348)		(16.354)		
TOTAL COM CORRELAÇÃO (101) (3.881)		(7.515)		

^(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

Carteira Trading	Exposições	Em 31/12/2020 (*)		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I	Cenário I	Cenário I
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	(8)	(8)	(8)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(48)	(48)	(48)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	584	584	584
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(14)	(14)	(14)
Ações	Preço das Ações	232	232	232
Demais	Demais fatores de risco	(159)	(159)	(159)
TOTAL SEM CORRI	TOTAL SEM CORRELAÇÃO (9.089) 586		586	
TOTAL COM CORR	ELAÇÃO	(3.189) (1.036) (1		(1.036)

^(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

(c) Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos em 30 de junho de 2021 bem como em 31 de dezembro de 2020, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Conglomerado Prudencial BS2 para apurar seu valor justo:



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						30/06/2021
	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo	Resultado não realizado
Ativo						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	57.605		57.749		57.749	144
TVM e Instrumentos financeiros derivativos	1.458.579	1.458.579			1.458.579	
Carteira de crédito	692.451		693.871		693.871	1.420
Passivo						
Depósitos	4.913.460		5.098.075		5.098.075	184.615
Recursos de aceites e emissão de títulos	60.810		61.546		61.546	736
Dívidas e Letras Financeiras Subordinadas	165.763		184.739		184.739	18.976
						31/12/2020

	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo	Resultado não realizado
Ativo						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	55.610		55.681		55.681	71
TVM e Instrumentos financeiros derivativos	1.270.942	1.270.942			1.270.942	
Carteira de crédito	636.184		358.134	280.631	638.765	2.581
Passivo						
Depósitos	4.213.269		4.358.477		4.358.477	145.208
Recursos de aceites e emissão de títulos	137.591		138.326		138.326	735
Instrumentos financeiros derivativos	43		43		43	
Dívidas e Letras Financeiras Subordinadas	156.755		164.922		164.922	8.167

O valor justo dos ativos financeiros, que são negociados em mercados ativos, é baseado em seus preços de mercado cotados na data do balanço. São considerados mercados ativos, aqueles em que os preços de mercado estão regularmente disponíveis por meio de Bolsa de Valores, serviço de precificação ou agência reguladora. Por esses motivos, classificamos esses títulos como de Nível 1, na hierarquia de valor justo.

Para os ativos que não são negociados em mercado ativo, a instituição utiliza técnicas de avaliação para fazer sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- a) Operações de Crédito: O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas médias de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, a média das taxas utilizadas nos contratos atuais é utilizada como parâmetro para o desconto destes fluxos.
- b) Depósitos de clientes, de instituições de crédito e do Banco Central do Brasil: O valor justo dos depósitos a prazo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas das curvas públicas de juros futuros em vencimentos similares.
- c) Obrigações por títulos e valores mobiliários e Dívidas subordinadas: Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das curvas de juros futuros nos prazos e vencimentos similares. Para os valores de depósitos à vista, foi considerado que o valor justo destes passivos é significativamente próximo de seu valor contábil.



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos classificados no Nível 3, por sua vez, são aqueles que utilizam informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis. Neste caso, o Banco utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos.

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreçamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (opções de ações, opções de taxa de câmbio, dentre outras) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3.

(d) Impactos da pandemia decorrente do COVID-19 (Coronavírus)

Diante do cenário de pandemia do COVID-19 (Coronavírus), o BS2 vem pensando em todos e tomando medidas e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia tanto quanto possível.

O BS2 criou um comitê de crise exclusivamente para debater esse tema, com a participação de toda a diretoria, onde são realizadas reuniões periódicas. O comitê de crise é chefiado pela diretoria de finanças e riscos onde são definidas metas e ações adotadas no período de crise e as estratégias para manutenção das operações essenciais.

Foram tomadas diversas medidas visando proteger a saúde dos colaboradores, tais como, a adoção do regime de trabalho *home office*, cancelamento de eventos e reuniões presenciais, adaptação da sede disponibilizando álcool em gel e orientações periódicas sobre como agir neste momento.

(e) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

	Resultado	Resultado não		Resultado	Resultado não	
	recorrente	recorrente	30/06/2021	recorrente	recorrente	30/06/2020
Receitas da intermediação financeira	146.233		146.233	217.526		217.526
Despesas da intermediação financeira	(116.902)		(116.902)	(183.502)		(183.502)
Resultado da Intermediação Financeira	29.33 1		29.33 1	34.02 4		34.02 4
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	173		173	(5.823)		(5.823)
Resultado bruto da intermediação financeira	29.504		29.504	28.201		28.201
Outras receitas (despesas) operacionais (i)	(28.082)	18.985	(9.097)	(121.240)		(121.240)
Resultado operacional	1.422	18.985	20.407	(93.039)		(93.039)
Outras receitas e despesas (ii)	(734)	34.186	33.452	(78)	11.510	11.432
Resultado antes da tributação sobre o lucro						
e participações	688	53.171	53.859	(93.117)	11.510	(81.607)
Imposto de renda e contribuição social	5.619	(23.927)	(18.308)	42.596	(5.180)	37.416
Participações no resultado	(4.683)		(4.683)	(1.789)		(1.789)
Resultado líquido dos semestres	1.624	29.244	30.868	(52.311)	6.331	(45.980)

⁽i) Reversão de provisão formada para atender eventuais despesas com o ressarcimento de tarifas, em tese indevidas, cobradas de clientes quando o Banco operava no segmento de operações de crédito consignado, reconhecido como outras receitas operacionais no valor antes de tributos de R\$ 18.985, com impacto líquido de tributos de R\$ 10.442.

* * *

⁽ii) No primeiro semestre de 2021 refere-se a lucro na alienação da aeronave no valor antes de impostos de R\$ 11.824, com impacto líquido de tributos de R\$ 6.503 e lucro na venda de todos os direitos sobre software para processamento de operações com cartões de crédito e de débito no valor antes de tributos de R\$ 22.362, com impacto líquido de tributos de R\$ 12.299. No primeiro semestre de 2020 refere-se a lucro na alienação de imóvel no valor antes de impostos de R\$ 11.510, com impacto líquido de tributos de R\$ 6.331.



Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Diretoria

Marcos Antônio Vaz de Magalhães Diretor Presidente

Renata Braga Pentagna Guimarães Martini Diretora Vice-Presidente de

Rodrigo Braga Pentagna Guimarães Diretor Vice-Presidente Comercial

Juliana Braga Pentagna Guimarães Diretora Vice-Presidente de Relações com Investidores

> Carlos Eduardo Tavares de Andrade Júnior Diretor Executivo

> > Ziro Murata Junior Diretor Executivo

Conselho de Administração

João Claudio Pentagna Guimarães Presidente

André Pentagna Guimarães Salazar Vice-Presidente

Paulo Henrique Pentagna Guimarães Conselheiro

> Gabriel Pentagna Guimarães Conselheiro

Marcos Antônio Vaz de Magalhães Conselheiro

Controladoria

José Luiz de Souza Leite Contador - CRC-MG 48.029/O-0